Mercator, Fortaleza, v. 25, e25013, 2026 ISSN:1984-2201

ENCONTROS ENTRE ÁGUA E MINERAÇÃO DE CARVÃO NAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS DO SUL DE SANTA CATARINA, BRASIL

https://doi.org/10.36517/rm2026.e25013

Oliveira, P.M. [a]* - Assunção, V.K. [b] - Candido, T.S. [c]

(a) Mestranda em Ciências Ambientais
ORCID: http://orcid.org/0000-0002-0440-0576. **LATTES:** http://lattes.cnpq.br/8150846345260828.
(b) Doutora em Antropologia Social
ORCID: http://orcid.org/0000-0003-0118-2486. **LATTES:** http://lattes.cnpq.br/3938314040854246.
(c) Doutora em Ciências Ambientais
ORCID: http://orcid.org/0000-0002-8441-9233. **LATTES:** http://lattes.cnpq.br/1182687082656211.

Article history:
Recebido 19 February, 2026
Aceito 14 May, 2026
Publicado 10 June, 2026

(*) CORRESPONDING AUTHOR
Address: UNESC. Avenida Universitária, 1105, Bairro Universitário, CEP: 88.806-000, Criciúma (SC), Brasil. Tel: (+55 48) 99613-6500
E-mail: paulam@unesc.net

MERCATOR
ARTIGO

Resumo

O artigo analisa a degradação hidrológica da Região Carbonífera, no sul de Santa Catarina (Brasil), não apenas como um fenômeno químico e físico associado à mineração de carvão, mas também como uma crise perceptiva que incide sobre os regimes de sensibilidade, tomando como referência os rios da região. A partir da noção de partilha do sensível, de Rancière, propõe-se o conceito de "partilha do sensível do carvão" para compreender as práticas institucionais, econômicas e simbólicas que organizam os modos de ver, dizer e habitar o território desde o início do século 20. A pesquisa adota uma atitude cartográfica e dialoga com produções artísticas contemporâneas que instauram dissensos no regime extrativista ao ativar a imaginação como campo de disputa política, favorecendo fabulações de horizontes pós-extrativistas baseadas em relações de cuidado, coexistência e responsabilidade multiespécie. Ao reinscrever os rios como memória, corpo e interlocutores do território, a arte contribui para reconfigurar as disputas ambientais no campo do sensível, ampliando possibilidades para outros modos de vida frente às ruínas do capitalismo.

Palavras-chave: Partilha do Sensível; Cartografia; Pós-Extrativismo; Território.

Abstract / Resumen

INTERSECTIONS BETWEEN WATER AND COAL MINING IN ARTISTIC PRODUCTIONS OF SOUTHERN SANTA CATARINA, BRAZIL

The article analyzes the hydrological degradation of the Coal Region in southern Santa Catarina (Brazil) not only as a chemical and physical phenomenon associated with coal mining, but also as a perceptual crisis that affects regimes of sensibility. It takes as reference the rivers in the region. Drawing on Rancière's notion of the partition of the sensible, the article proposes the concept of the "partition of the sensible of coal" to understand the institutional, economic, and symbolic practices that have organized ways of seeing, speaking, and inhabiting the territory since the early twentieth century. The research adopts a cartographic approach and engages in dialogue with contemporary artistic productions that generate dissensus within the extractivist regime by activating imagination as a field of political dispute, fostering fabulations of post-extractivist horizons grounded in relations of care, coexistence, and multispecies responsibility. By reinscribing rivers as memory, body, and interlocutors of the territory, art contributes to reconfiguring environmental disputes in the field of the sensible, expanding possibilities for other ways of life in the face of the ruins of capitalism.

Keywords: Partition of the Sensible; Cartography; Post-Extractivism; Territory.

ENCUENTROS ENTRE EL AGUA Y LA MINERÍA DEL CARBÓN EN LAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS DEL SUR DE SANTA CATARINA, BRASIL

El artículo analiza la degradación hidrológica de la Región Carbonífera, en el sur de Santa Catarina (Brasil), no solo como un fenómeno químico y físico asociado a la minería del carbón, sino también como una crisis perceptiva que incide en los regímenes de sensibilidad. Toma como referencia los ríos de la región. A partir de la noción de partición de lo sensible de Rancière, se propone el concepto de "partición de lo sensible del carbón" para comprender las prácticas institucionales, económicas y simbólicas que han organizado los modos de ver, decir y habitar el territorio desde comienzos del siglo 20. La investigación adopta una actitud cartográfica y dialoga con producciones artísticas contemporáneas que instauran disensos en el régimen extractivista al activar la imaginación como campo de disputa política, favoreciendo fabulaciones de horizontes pos-extractivistas basadas en relaciones de cuidado, coexistencia y responsabilidad multiespecie. Al reinscribir los ríos como memoria, cuerpo e interlocutores del territorio, el arte contribuye a reconfigurar las disputas ambientales en el campo de lo sensible, ampliando las posibilidades de otros modos de vida frente a las ruinas del capitalismo.

Palabras-clave: Partición de lo Sensible; Cartografía; Pos-Extractivismo; Territorio.

This is an open access article under the CC-BY 3.0 Creative Commons license

INTRODUÇÃO

A denominada Região Carbonífera, localizada no sul de Santa Catarina, Brasil, compreende um conjunto de municípios cujas formações urbana, econômica e social estão profundamente vinculadas à mineração de carvão desde o final do século 19, com processos intensificados continuamente no início do século 20 (CAROLA, 2010). Esse regime não estruturou apenas a economia regional, mas também a ocupação dos territórios, a organização do trabalho e as formas de sociabilidade, produzindo cidades que cresceram sobre e em torno das minas, dos rejeitos estéreis e dos cursos de água continuamente intoxicadas (LOPES; SANTO; GALATTO, 2009).

Frequentemente caracterizada na literatura acadêmica pela contaminação resultante de décadas de exploração de carvão mineral, a degradação da região é evidenciada por instrumentos técnicos: indicadores de acidez das águas, volumes de rejeito e mapas de áreas degradadas (ALEXANDRE, 1999; MENEZES et al., 2024b). Ainda que importantes, esses diagnósticos são insuficientes para explicar por que, mesmo diante de impactos amplamente conhecidos, a mineração permanece sendo vista como principal vetor do crescimento econômico da região (CAROLA, 2010), mesmo perdendo a centralidade econômica nas últimas décadas.

O desenvolvimento regional associado à indústria carbonífera gerou impactos ambientais expressivos e duradouros. Um dos mais importantes é o comprometimento da qualidade ambiental das principais bacias hidrográficas da região. Menezes et al. (2024b) defendem a água como bem comum e sujeito de direitos; no entanto, suas pesquisas apontam para elevados níveis de degradação ambiental das águas, com concentrações de ferro e manganês acima dos limites estabelecidos, além de índices preocupantes de demanda bioquímica de oxigênio e coliformes. Mesmo em áreas onde a exploração foi encerrada, persistem impactos associados à drenagem ácida de mina (DAM), resultado da oxidação de minerais sulfetados presentes nos rejeitos do carvão (MENEZES et al., 2024b). Essa herança faz com que a contaminação não seja apenas um problema pontual, mas estrutural, inscrito na geologia e na hidrologia da região.

Paralelamente a esta persistência dos efeitos nocivos da mineração nos corpos hídricos dos municípios da Região Carbonífera, a mineração continua presente na história e na identidade dos municípios, materializada em monumentos, bandeiras e hinos que celebram o crescimento econômico advindo da atividade extrativista (CAROLA, 2010). Essas narrativas estão pautadas no ideário desenvolvimentista, orientado por uma concepção eurocêntrica e universalista de contínuo progresso técnico e econômico (KOTHARI et al., 2019). Neste contexto, a contaminação das águas passa a ser vista como uma externalidade do processo de desenvolvimento.

Dessa forma, partimos da premissa de que a crise hídrica da região é também uma crise perceptiva: um modo historicamente construído de ver e sentir o rio como recurso e não como sujeito de existência. Inspiradas na noção de "partilha do sensível", de Rancière (2009), perguntamos como determinadas produções artísticas podem intervir nesse regime, a fim de abrir frestas para imaginar horizontes pós-extrativistas (ACOSTA, 2016).

A escolha de mobilizar a arte neste trabalho fundamenta-se em sua potência de produzir outros mundos possíveis, ativando o desejo de futuro para além dos horizontes já naturalizados. Krogh et al. (2025) argumentam que as práticas artísticas são capazes de ativar e direcionar a atenção para aquilo que é incomum no ambiente construído, bem como de oferecer técnicas de imersão que possibilitam uma relação sensível com o entorno. Ao promoverem o deslocamento de perspectivas, tais práticas criam condições para imaginar relações alternativas entre humanos e não humanos, ampliando o campo do possível e tensionando os modos hegemônicos de habitar e projetar o futuro.

Tomamos três rios da Região Carbonífera (Rio Criciúma, Rio Palmeiras e Rio Mãe Luzia) como recortes principais para articular debate ambiental local, teoria estética e cartografia como metodologia de acompanhamento sensível. Esses debates são realizados a partir da análise de duas produções artísticas que recolocam a água no centro da experiência artística, entendendo-as não apenas como representação dos impactos da mineração, mas como formas outras de perceber o território e de instaurar conflitos perceptivos que ampliam o horizonte político das lutas ambientais.

Ao aproximar o campo dos estudos do sensível (RANCIÈRE, 2009; 2012), buscamos contribuir para debates do Sul Global sobre colonialidade do pensamento e da natureza (ALIMONDA, 2025;

ARÁOZ, 2023), produção de zonas de sacrifício (ACSELRAD, 2002; SOUZA, 2021) e transições pós-extrativistas (ACOSTA, 2016). Essas possibilidades se dão pela imaginação e fabulação que permeiam a vida cotidiana e moldam aspectos importantes da cultura e da política (HARAWAY, 2016; 2023). Além da restauração e reconstrução dos cursos d'água, argumentamos que é preciso reconstruir as formas de ver e escutar os rios e territórios, produzindo possibilidades de vida nas ruínas do capitalismo (TSING, 2022). Nessa tarefa, a arte pode se tornar parceira crítica da pesquisa ambiental.

A PARTILHA DO SENSÍVEL DO CARVÃO

Por conta da Região Carbonífera, o estado de Santa Catarina é o segundo maior distribuidor de carvão do Brasil, mas apenas 25 a 30% do minério extraído é aproveitado, gerando cerca de 75% de rejeitos piritosos e carbonosos (LOPES; SANTO; GALATTO, 2009) que se acumulam na região desde o final do século 19 e início do século 20. Quando exauridas as jazidas, as mineradoras deslocavam suas operações para novas áreas propícias à extração, abandonando pilhas estéreis de rejeitos e cavas abandonadas, frequentemente inundadas por águas ácidas (LOPES; SANTO; GALATTO, 2009), o que resultou em profundas reconfigurações da paisagem nos territórios carboníferos, tornando-se marcas visíveis e duráveis inscritas na paisagem (Figura 1).

Figura 1 – Curso hídrico poluído pela mineração na Região Carbonífera. Fonte: Acervo das autoras, 2024.

Assunção et al. (2024) evidenciam o sofrimento vivido pelas populações que habitam os entornos de minas abandonadas por meio das experiências de moradores produzidas pela desigualdade, pela degradação ambiental e pelas relações assimétricas de poder que invisibilizam os saberes, os afetos e as dores desses sujeitos. A perda de acesso à água potável, a presença constante de pó preto, os ruídos intensos e as rachaduras nas casas são vividos como violências diárias e persistentes. Na fala de um dos entrevistados, Seu Gonçalo, é possível visualizar a transformação do território, com a secagem dos poços:

> Água, pra nós, era… nós era rico, como diz aquele… nós era rico, nós tinha água, né? Água a vontade, o poço era sempre cheio, podia ligar ali o dia inteiro que a água vinha à revelia, tinha sempre água! Aí agora não. (ASSUNÇÃO et al., 2024, p. 10).

No marco da colonialidade da natureza, os elementos biofísicos e os territórios passam a ser produzidos pelo poder hegemônico como espaços subalternizados, cuja função é servir ao regime de acumulação vigente, legitimando processos de exploração, devastação e reconfiguração territorial (PORTO-GONÇALVES, 2002). Essa racionalidade não se limita à relação sociedade-natureza, mas opera por meio de relações sociais atravessadas por assimetrias de poder e violência, nas quais a natureza é simultaneamente meio e objeto da dominação (ALIMONDA, 2025).

É nesse contexto que os cursos hídricos da Região Carbonífera se constituem como testemunhos contundentes da degradação ambiental produzida pela articulação entre extrativismo colonial (ACOSTA, 2016) e colonialidade da natureza (ALIMONDA, 2025). O Rio Mãe Luzia, por exemplo, que antes organizava práticas de subsistência, deslocamentos e sociabilidade em diversas cidades da região, passou a ser associado à contaminação, risco e abandono. Nas palavras do escritor catarinense Celestino Sachet (s/d), o Rio Mãe Luzia: "Era um poema verde-azul; hoje, um esgoto amarelo-escuro com a água de carvão que lhe misturou enxofre mal-cheiroso, veneno mortal para qualquer ramo da vida". Processo semelhante atravessa outros rios do território, como o Rio Criciúma (localizado em Criciúma) e o Rio Palmeiras (localizado em Orleans).

O extrativismo, no sul de Santa Catarina, configura a "partilha do sensível" (RANCIÈRE, 2009), ou seja, o regime que distribui os modos de ver e habitar o mundo. Propomos, aqui, a noção de "partilha do sensível do carvão" para nomear o conjunto de práticas institucionais, econômicas e simbólicas que naturalizam a mineração como destino do território; que define o que pode ser tido como valoroso, o que deve permanecer invisibilizado e quem tem legitimidade no regime de sensibilidade da mineração. A devastação, dessa forma, não é tratada como subproduto indesejado, mas como parte constitutiva do modelo capitalista que transforma vidas em recurso (TSING, 2022).

Em sua pesquisa, Adami (2015) entrevistou moradores da cidade de Criciúma, a fim de recordar experiências com o rio, e um dos questionamentos obtidos em troca foi: "por que você quer estudar sobre o rio Criciúma, se nem rio ele é? É apenas um córrego" (p. 22). A pergunta revela como a partilha do sensível do carvão opera não apenas por meio da destruição físico-material, mas também por meio de apagamentos e mudanças perceptivas. Ao desautorizar a existência do Rio Criciúma como rio, retira-se dele a possibilidade de aparecer, de ser escutado e de disputar sentidos no território.

Classificada como área crítica nacional desde 1980, a Região Carbonífera carrega um dos passivos ambientais mais graves do Brasil, em um contexto em que "a mineração de carvão não deixou de produzir novos impactos, o que contribuiu para o agravamento da situação" (MENEZES et al., 2024a, p. 105). Essa condição se inscreve em uma geografia mais ampla de "zonas de sacrifício" (ACSELRAD, 2002; SOUZA, 2021) e que, no contexto do Sul Global, "se manifesta não em uma, mas sim em várias escalas simultaneamente" (SOUZA, 2021, p. 432). Para Acselrad (2002), as zonas de sacrifício não se definem apenas pela concentração material da degradação, mas por um arranjo político e simbólico que naturaliza a desigualdade na exposição ao risco ambiental.

Nesse cenário, territórios e populações são sistematicamente expostos a danos ambientais como resultado de uma "construção social do risco" (ACSELRAD, 2002). A contaminação dos cursos hídricos reinscreve o sul catarinense no quadro de zonas de sacrifício que historicamente converteu águas, solos e corpos em recursos para o lucro, fazendo da América Latina um laboratório de expropriações (ARÁOZ, 2023), em processos nos quais os riscos ambientais são socialmente produzidos e distribuídos de forma desigual, limitando a capacidade de participação dos corpos afetados (ACSELRAD, 2002).

Para Alimonda (2025), o projeto colonial opera um biopoder que incide simultaneamente sobre corpos e territórios – "espaços físico-geográficos" (p. 359) – produzindo não apenas subjetividades, mas também determinadas concepções de natureza. Essa colonialidade das naturezas está profundamente enraizada nas formas de partilha do sensível que estruturam o mundo ocidental e, consequentemente, a Região Carbonífera de Santa Catarina.

Historicamente construída, a sua naturalização pode ser exemplificada por normas e diretrizes legais, como o Decreto nº 20.089/1931 (que estabelece normas e diretrizes que contemplam a

obrigatoriedade de compra de 10% do carvão nacional usado pelo Governo e o transporte privilegiado pela Cia de Navegação Lloyd Brasileiro e a Estrada de Ferro Central do Brasil) e o Decreto-Lei nº 2.667/1940 (que autoriza o Governo da União a auxiliar, pela forma que julgar conveniente, as empresas nacionais de mineração de carvão, e obras e instalações necessárias para facilitar e baratear o transporte do carvão nacional).

A esse conjunto de práticas que asseguram a distribuição dos lugares e funções, que define quem pode falar, quem pode aparecer e quem tem competência para agir, Rancière (2009) denomina "polícia". Irromper contra a ordem policial e propor reconfigurar os regimes de visibilidade e de escuta, deslocando aquilo que parecia evidente, é o que caracteriza o "dissenso" (RANCIÈRE, 2009), inseparável dos regimes político e estético: "o dissenso não é conflito de ideias ou sentimentos, mas de regimes de sensorialidade, e é por isso que a arte, no regime de separação estética, acaba por tocar na política" (RANCIÈRE, 2009, p. 59).

É nesse ponto que a discussão sobre a partilha do sensível nos exige um deslocamento analítico em direção às formas pelas quais esse regime pode ser tensionado. Se a mineração estrutura uma partilha que naturaliza a subjugação e o descarte, então a questão que se coloca não é apenas o que é visto ou silenciado, mas como esse regime pode ser desestabilizado. Para Haraway (2016), é fundamental que criemos relações de parentesco com outros seres e com os territórios que habitamos, de maneira a buscar, dentro da realidade da vida cotidiana, formas outras de lidar com os impactos ocasionados pelo regime capitalista de exploração.

A arte, nesse contexto, pode operar como prática capaz de intervir nos modos de partilha do sensível, inaugurando o que Rancière (2012) denomina "eficácia estética". Dessa forma, ao tensionar os regimes de (in)visibilidade produzidos pela colonialidade das naturezas, a arte emerge como um campo privilegiado de germinação de mundos, na medida em que desorganiza aquilo que parecia dado, natural ou inevitável (BOURRIAUD, 2009b).

Em consonância com Rancière (2012), as práticas artísticas não operam como mera representação ou denúncia, mas como intervenções sensíveis que reconfiguram o que pode ser percebido, sentido e imaginado. Ao instaurarem dissensos no interior da ordem policial que sustenta o extrativismo, essas obras deslocam o sensível e criam condições para que outros modos de existência e de relação com o território se tornem pensáveis. É a partir dessa compreensão da arte como prática política e estética que exploramos as possibilidades de produção de uma imaginação pós-extrativista a partir de produções artísticas.

PERCURSO METODOLÓGICO

O contato com as produções artísticas, bem como o diálogo teórico, segue a perspectiva da cartografia, proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) na figura do rizoma, que, diferente de um modelo arborescente do conhecimento, pode ser rompido e quebrado; não tem início nem fim, está sempre no meio, entre as coisas, sendo capaz de estabelecer conexões em qualquer direção. Passos, Kastrup e Escóssia (2009) evidenciam que cartografar é também uma prática ética e estética que coloca o sujeito da pesquisa – o "pesquisador-cartógrafo" (COSTA, 2014, p. 70) – como um corpo afetado e atravessado pelas questões que permeiam o campo de investigação. Essa perspectiva corrobora com a crítica à neutralidade científica do positivismo, já que misturar-se com o "corpus" é mais do que inevitável: é um dos objetivos.

A cartografia, nesse sentido, não é um método aplicável, mas uma atitude de pesquisa. Ao cartografar, não seguimos um caminho pré-estabelecido, mas deixamos que os encontros com os materiais, com os territórios e com os modos de vida impactados nos mostrem o que importa (COSTA, 2014). Nessa pesquisa, o interesse recai nos fluxos, nas forças e nos afetos que atravessam os modos de ver, de dizer e de sentir o comum, especialmente no que se partilha como sensível (RANCIÈRE, 2009). A cartografia, portanto, propõe formas de produzir conhecimentos que não se reduzem à fragmentação técnica ou ao cálculo utilitário, valorizando relações, intensidades e interconexões outras (AMORIM; CESTARI, 2021).

As duas produções escolhidas para compor esse trabalho versam sobre a água: as intervenções "Rio Criciúma: instruções para escuta" (2015), de Daniele Zacarão, e "Meios" (2025), de Leandro Jung.

A primeira foi analisada a partir de imagens e informações disponibilizadas pela artista, enquanto a análise da segunda contou com materiais cedidos pelo Setor de Arte e Cultura da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Os artistas são nascidos e residentes nos municípios afetados pela mineração do carvão, de forma que suas produções também podem ser compreendidas como narrativas daqueles que foram diretamente impactados pela degradação ambiental causada pela indústria carbonífera, assim como os relatos dos entrevistados por Adami (2015) e Assunção et al. (2024).

Para Bourriaud (2011), é possível que o artista altere o curso da vida por meio da concretização da sua relação com o mundo na produção artística, de forma a sugerir e transformar outros modelos de percepção a serem investidos no cotidiano. Dessa forma, a maneira de interagir e compartilhar relações com a água é uma das lutas que se inscreve no campo do sensível.

Para ampliar o diálogo com as produções, utilizamos comentários deixados por participantes da intervenção de Zacarão (2015) na página do Coletivo Laborativo, no Facebook, e também os registros do livro de assinaturas da exposição "Mutatis Mutandis: quando a arte se propõe a pensar o que tem de ser mudado" da qual a proposição de Jung (2025) faz parte. A partir desses registros, podemos acessar informações sobre o perfil dos sujeitos participantes e também parte dos atravessamentos gerados nos períodos de tempo em que eles efetivamente ocorreram, principalmente no que concerne à intervenção de Zacarão, que ocorreu há uma década, mas que continua potente em suas possibilidades de fissurar os regimes de sensibilidade.

A ÁGUA NAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS DA REGIÃO CARBONÍFERA

As produções artísticas de Daniele Zacarão e Leandro Jung dialogam com os rios Criciúma e Palmeiras, localizados nas cidades de Criciúma e Orleans (Santa Catarina, Brasil), respectivamente. Em ambas, a arte opera por infiltração, aprendendo com a própria água a produzir deslocamentos sensíveis que recolocam em evidência os rios como fontes de vida e de memória (BOURRIAUD, 2011), em contraste com a partilha do sensível do carvão, que historicamente os subtraiu do convívio social e das formas de relação material e simbólica com o território.

A produção da artista Daniele Zacarão, impressa em cavaletes e distribuída em pontos do espaço urbano que acobertam o Rio Criciúma, fez parte da 3ª Semana de Ocupação Urbana (SOU), organizada pelo Coletivo Laborativo em 2015, e se apropria da gramática visual das placas de sinalização de trânsito para instaurar um desvio no cotidiano da cidade. O fundo branco, a silhueta esquemática e as instruções numeradas simulam a objetividade dos dispositivos policiais (RANCIÈRE, 2009) que organizam os fluxos, mas a ordem emitida não é a de circular, e sim a de deter-se.

Na imagem da placa (Figura 2), as mãos da pessoa agachada estão posicionadas no chão, na altura do ouvido, reforçando a ação de escuta. Acima da pessoa agachada estão os dizeres que convidam os transeuntes à participação: "Escute" em letras maiúsculas brancas em um fundo preto, dando foco e contrastando com todas as outras escritas que acompanham o fundo branco da placa cavalete, e "Rio Criciúma". Abaixo da pessoa agachada estão as instruções para a escuta do rio, em uma lista enumerada com fonte menor que as demais: "1 – Agache-se./2 – Direcione seus ouvidos para o chão./3 – Escute.".

O gesto de agachar e direcionar o ouvido ao chão desloca o eixo da percepção do olhar para a escuta e transforma o transeunte em participante de uma cena improvável: encontrar um rio que o progresso urbano busca invisibilizar. Para Bourriaud (2009b), "os artistas da pós-produção produzem linhas narrativas divergentes, relatos alternativos" (p. 50) em que a arte contradiz regimes perceptivos normalizados. Ao propor o contato com o Rio Criciúma, os espaços utilizados para a intervenção se tornam pontos de criação e ludicidade – um "local de manobras" (BOURRIAUD, 2009b, p. 17) e de disputa da partilha do sensível.

As reações do público participante da proposição evidenciam como a intervenção extrapolou o campo da experimentação individual e ativou memórias, incômodos e percepções coletivas sobre a cidade que cresceu em torno das atividades da mineração de carvão. Um dos comentários obtidos pela rede do Coletivo Laborativo menciona a necessidade de "mostrar que sobre ela [a cidade] tem um rio", destacando a importância de trazer o Rio Criciúma para o convívio social da cidade novamente. Já outro

comentário evidencia a relação da produção artística com o livro de Adami (2015), intitulado Rio Criciúma: o rio que a cidade escondeu, sugerindo sua potencialidade em alterar o regime de invisibilidade que marca a relação da cidade de Criciúma com o rio.

Figura 2 – "Rio Criciúma: instruções para escuta" da artista Daniele Zacarão (1). Fonte: ZACARÃO, 2015.

Outros relatos dos participantes indicam que podemos compreender que a escuta do rio proposta não se limita ao som das águas que agora estão no subterrâneo, mas convoca também uma escuta política dos processos que a invisibilizam. Um deles afirma que a experiência proporcionada pela produção artística ativa um som "carregado, denso e nada cristalino". Outro comentário dialoga com as discussões que problematizam o ideário de desenvolvimento, frequentemente reduzido à crescimento econômico (ACOSTA, 2016; ALIMONDA, 2025; ARÁOZ, 2023): "Ela [a produção artística] também provoca dupla interpretação - a inércia das autoridades e ao mesmo tempo chama atenção da população. Infelizmente a região de Criciúma como toda região carbonífera pagou e paga um alto preço pelo desenvolvimento sem planejamento e degradação ambiental…" (sic).

Figura 3 – "Rio Criciúma: instruções para escuta" da artista Daniele Zacarão (2). Fonte: ENGEPLUS, 2015.

Na colagem da intervenção artística (Figura 3), podemos visualizar a foto do cavalete posicionado no chão e transeuntes ao seu redor, lendo as instruções. Logo após, na terceira foto, temos o cavalete após seu recolhimento pela ordem policial (ENGEPLUS, 2015), escorado na parte interna de um espaço de vidro com dois funcionários da administração pública, fardados, pé ao seu lado, que evidencia esse conflito e expõe o funcionamento de uma polícia do sensível que decide o que pode ou não aparecer no espaço urbano. Escutar torna-se ato político mínimo que desloca o regime extrativista. Nesse sentido, a produção atua como laboratório sensível de futuros pós-extrativistas e lembra que o território não é cenário acabado, mas regime em disputa, como propõe Rancière (2009).

É a partir da compreensão da arte como prática capaz de instaurar durações dissensuais e de convocar o território à cena política, que se insere a segunda produção analisada. Nela (Figura 4), o artista Leandro Jung organiza um percurso sensível que acompanha o leito do Rio Palmeiras. A exposição é composta por placas de madeira inscritas com ditos populares, fotografias do trajeto e garrafas contendo a própria água do rio. Essa composição gera um dispositivo que mistura caminhada e arquivo, palavra e matéria, capaz de "gerar durações de ritmo contrário às que ordenam a vida cotidiana" (BOURRIAUD, 2009a, p. 23), convocando o rio para o debate ativo.

Figura 4 - "Meios" do artista Leandro Jung. Fonte: Acervo das autoras, 2025.

Nesse percurso, o visitante é convidado a perceber que o sentido não está apenas no arranjo final, mas no processo de aproximação, num prolongamento de uma experiência situada. O rio deixa de ser canal silencioso para tornar-se interlocutor de uma memória coletiva. Não há denúncia direta, mas uma reorganização das evidências sensíveis, ou seja, aquilo que parecia natural no extrativismo passa a soar intolerável, como o envenenamento das águas. Essas novas formas de partilha do sensível permitem interações outras – com "parentes estranhos" como utiliza Haraway (2023). Não se trata, portanto, de "salvar" o rio a partir de um imperativo moral, mas de reconhecer a implicação mútua e a co-responsabilidade entre humanos e águas na produção de respostas aos danos instaurados pelo regime sensível da mineração.

Por sua vez, os dizeres selecionados pertencem a uma memória coletiva em que as águas figuravam no discurso cotidiano: "Nunca digas: desta água não beberei", "Chorei um rio de lágrimas",

"Foi por rio abaixo". Quando colocados ao lado de garrafas preenchidas com a água turva, embalada em exposição, esses mesmos enunciados contrastam-se com a imagem mental de um rio límpido, em que realmente se poderia beber a água, tê-la em seus olhos ou então submergir-se nela. Esse estranhamento cria deslocamentos na partilha do sensível, visibilizando o descompasso entre linguagem, experiência e território. O Rio Palmeiras, excluído dos enredos das grandes empresas carboníferas e apoiadores políticos que geram os espaços comuns, não se faz mais presente no dia a dia.

A contaminação já não é apenas química, mas também semântica, uma vez que a língua cotidiana já não sabe nomear um rio transformado em rejeito. Esse dissenso (RANCIÈRE, 2009) traz ao centro do debate a naturalização do envenenamento e morte dos rios da Região Carbonífera. Nessas lacunas, as produções artísticas podem gerar encontros fortuitos, e sua forma toma força quando os encontros tornam-se duradouros, propiciando experiências e pluralidades de vidas outras (BOURRIAUD, 2009a). Mesmo ferida, a água continua a agir por meio da sua cor, densidade e barulho, como um lembrete de que o rio não desapareceu, apenas foi empurrado para as margens do visível.

As garrafas de vidro que compõem a exposição remetem ao universo do consumo e insinuam a captura mercantil da vida, evocando o diagnóstico de Bourriaud (2009a) sobre os limites da modernidade capitalista, que transformam relações em mercadoria, empobrece alternativas políticas e glorifica a solidão em detrimento da comunidade. A água engarrafada do Rio Palmeiras opera como arquivo vivo do desastre. Diferente de um laudo técnico, ela não mede índices, mas convoca o olhar para uma presença incômoda que insiste em permanecer.

Durante o período em que esteve disposta no Espaço Cultural Toque de Arte Unesc, compondo a exposição da 5ª Coletiva de Artistas do Sul, a produção foi acessada por pessoas de diferentes idades, profissões e localidades, como pudemos verificar no livro de visitantes mantido pelo Setor de Arte e Cultura. Além dos estudantes e funcionários da instituição, alunos do ensino médio de escolas de Criciúma, Içara, Forquilhinha, Siderópolis e outros municípios vizinhos, incluindo do Estado do Rio Grande do Sul, também visitaram o espaço. A diversidade das profissões citadas pelos participantes – aposentado, advogado, professor, atleta, jardineiro, desenvolvedor web, auxiliares de enfermagem, de cozinha e de confeitaria, tatuador, jornalista, servidor público e nutricionista – demonstram que a exposição foi acessada não apenas por pessoas de diferentes idades, como também de perfis socioeconômicos.

Essas diferentes trajetórias de vida também apresentam a potência de levar a diferentes reações frente à arte de Jung, que se propõe a dialogar com múltiplas camadas da memória: ao mesmo tempo em que mobiliza aqueles que conheceram outras formas de existência com o rio, também atravessa aqueles que o reconhecem apenas pela marca da degradação ambiental ocasionada pela DAM. Nessas possibilidades de percepções críticas sobre o território, instauradas pela experiência estética, faz-se possível discutir as formas de partilha que atravessam as relações entre cidade, água e mineração do carvão. Ambas as produções não oferecem soluções técnicas para a crise hídrica, mas produzem outra coisa: deslocam a partilha do sensível que fez do rio um resíduo. Ao convidar a escutar o subterrâneo ou ao expor a falência da materialidade da linguagem, instauram dissensos que inauguram disputas para uma partilha do sensível da água, em detrimento do carvão. O imaginário pós-extrativista (ACOSTA, 2016) começa quando um corpo se agacha para ouvir o que a cidade soterrou e quando uma garrafa turva já não pode ser confundida com mercadoria neutra.

Ao desestabilizar os regimes de sensibilidade que sustentam o extrativismo, tornam-se pensáveis outras formas de coexistência no Antropoceno – ou Capitaloceno (HARAWAY, 2016) – baseadas em relações situadas de coabitação, cuidado e corresponsabilidade. Trata-se de habitar territórios feridos sem recorrer a saídas salvacionistas, assumindo o compromisso de "ficar com o problema" e de tecer vínculos responsáveis com os seres e mundos aos quais estamos implicados (HARAWAY, 2023). Ao deslocar o olhar das narrativas totalizantes para as formas de vida que persistem em paisagens devastadas, Tsing (2022) propõe reconhecer os territórios extrativistas não apenas como espaços de perda, mas também de recomposição, onde emergem relações improvisadas entre humanos e não humanos, outras temporalidades e modos de convivência multiespécie.

CONCLUSÃO

A ficção, ou seja, a possibilidade criativa de imaginar e fabular, não pertence apenas ao teatro ou à literatura, mas atravessa também as imagens e os espaços, uma vez que as superfícies constituem formas de partilha do sensível (RANCIÈRE, 2009). Dessa forma, se o regime sensível do carvão ensinou a ver os rios Criciúma e Palmeiras como recursos ou como simples canais de rejeitos, as produções de Zacarão (2015) e Jung (2025) passam a tratá-los como corpos feridos que carregam suas próprias narrativas de sobrevivência e resistência. Nesse cenário, a degradação apresentada como inevitável ou naturalizada não constitui um ponto de partida, mas integra um regime que se coloca em disputa constante, pois ainda que o capital financeiro busque impor ao mundo uma lógica simbólica, matemática e abstrata, persiste uma materialidade ligada à produção da vida que se mostra irredutível à racionalidade financeira (PORTO-GONÇALVES, 2002).

Nesse horizonte, pensar um imaginário pós-extrativista implica mais do que superar um modelo econômico, exigindo um decrescimento planejado do extrativismo e transformações profundas na lógica civilizatória que sustenta a pilhagem de territórios, corpos e saberes (ACOSTA, 2016). É nesse campo de tensões que as produções artísticas se apresentam como prática potencialmente capaz de produzir dissensos. Quando insistimos na permanência junto aos territórios feridos e optamos por tratar com ética e responsabilidade as dinâmicas que os atravessam, reconhecemos a impossibilidade de separações e de dualismos. Assim, a imaginação passa a atuar como prática situada de fabulação política, capaz de compor refúgios e ensaiar formas de coabitação que escapam à lógica do descarte (HARAWAY, 2023). Nessas frestas do sensível, os rios deixam de ser apenas pontos de degradação e passam a figurar como interlocutores e corpos com os quais se dialoga, e não se domina.

AGRADECIMENTOS

Fonte financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) – Edital 18/2024.

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Não se aplica.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 5, jan./jun. 2002.

ADAMI, Rose Maria. Rio Criciúma: o rio que a cidade escondeu – significados e representações na paisagem. Criciúma: UNESC, 2015.

ALEXANDRE, Nadja Zim. Diagnóstico Ambiental da Região Carbonífera de Santa Catarina: degradação dos recursos naturais. Revista Tecnologia e Ambiente, Criciúma, v. 5, n. 2, jul./dez. 1999.

ALIMONDA, Héctor. Descolonizar la naturaleza: por una ecología política latinoamericana. Textos reunidos de Héctor Alimonda 1982-2017. Compilación de Facundo Martín, Gabriela Merlinsky y Felipe Milanez. Prólogo a cargo de Facundo Martín, Gabriela Merlinsky y Felipe Milanez. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2025.

AMORIM, Celeste Dias; CESTARI, Luis Artur de Santos. A cartografia e a racionalidade ambiental: em busca da superação da racionalidade instrumental. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9168.

ARÁOZ, Horacio Machado. El extractivismo y las raíces del "Antropoceno". Regímenes de sensibilidad, régimen climático y derechos de la Naturaleza. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 14, n. 01, 2023.

ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de et al. O sofrimento social nas narrativas de sujeitos afetados pela mineração de carvão no sul do estado de Santa Catarina. In: MENEZES, Carlyle Torres Bezerra de et al. (Orgs.). Impactos do carvão mineral nas pessoas e na natureza. Criciúma: EdiUnesc, 2024.

BOURRIAUD, Nicolas. Estética Relacional. São Paulo: Martins Fontes, 2009a.

BOURRIAUD, Nicolas. Formas de vida: a arte moderna e a invenção de si. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BOURRIAUD, Nicolas. Pós-produção: como a arte reprograma o mundo contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 2009b.

BRASIL. Decreto nº 20.089, de 9 de junho de 1931. Autoriza a Cia de Navegação Lloyd Brasileiro e a Estrada de Ferro Central do Brasil a contratarem, em nome do Governo, com as companhias nacionais de mineração de carvão, por preço e prazo que combinarem, toda a produção de carvão nacional disponível. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20089-9-junho-1931-519084-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.667, de 3 de outubro de 1940. Autoriza o fomento às empresas nacionais de mineração de carvão pelo Governo da União e autoriza obras e instalações necessárias para facilitar e baratear o transporte do carvão nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2667-3-outubro-1940-412620-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 14 jan. 2026.

CAROLA, Carlos Renato. Progresso, tecnologia e insensibilidade ambiental socioambiental: a extração do carvão na primeira metade do século XX (1880-1950). In: CAROLA, Carlos Renato (Org.). Memória e cultura do carvão em Santa Catarina: impactos sociais e ambientais. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

CAROLA, Carlos Renato; DASSI, Nilso. Era uma vez o rio Mãe Luzia… Criciúma: EDIUNESC, 2014.

COSTA, Luciano Bedin da. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. Revista Digital do Laboratório de Artes Visuais, Santa Maria, v. 7, n. 2., 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. V. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

ENGEPLUS. Prefeitura esclarece retirada de placas da praça. Criciúma, 2 dez. 2015. Disponível em: https://engeplus.com.br/noticia/cultura/2015/prefeitura-esclarece-retirada-de-placas-da-praca. Acesso em: 19 jan. 2026.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. Tradução de Susana Dias, Mara Verônica e Ana Godoy. ClimaCom, Campinas, ano 3, n. 5, 2016.

HARAWAY, Donna. Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno. São Paulo: n-1, 2023.

JUNG, Leandro. Meios. Mutatis Mutandis: quando a arte se propõe a pensar o que tem de ser mudado [Fotografia]. Criciúma, 2025.

KOTHARI, Ashish et al. Pluriverse: A Post-Development Dictionary. Nova Delhi: Tulika Books, 2019.

KROGH, Katrine; JENSEN, Ole B.; FRANDSEN, Anne Kathrine; HANSEN, Majken Kirkegaard. Framing artistic practices through new materialism to ensure multispecies futuring in the built environment. Futures, Amsterdam, v. 166, n. 2, 2025.

LOPES, Rosana Peporine; SANTO, Eder Luiz; GALATTO, Sérgio Luciano. Mineração de carvão em Santa Catarina: geologia, geoquímica e impactos ambientais. In: MILIOLI, Geraldo; SANTOS, Robson

dos; CITADINI-ZANETTE, Vanilde (Coord.). Mineração de carvão, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no sul de Santa Catarina: uma abordagem interdisciplinar. Curitiba: Juruá, 2009.

MENEZES, Carlyle Torres Bezerra de et al. Transição energética justa, ecológica e inclusiva e a reconversão socioambiental da região carbonífera sul catarinense. In: MENEZES, Carlyle Torres Bezerra de et al. (Orgs.). Impactos do carvão mineral nas pessoas e na natureza. Criciúma: EdiUnesc, 2024a.

MENEZES, Carlyle Torres Bezerra de; GONÇALVES, Elizabeth Marley Brusch; VIEIRA, Simoni Daminelli; MARTINELLO, Eduardo Fernandes. A revitalização de rios urbanos e a governança das águas: possibilidades e desafios na região sul de Santa Catarina, Brasil. In: SELVA, Vanice Santiago F. et al. (Orgs.). Água, gestão, territórios e sustentabilidade. 1. ed. Ananindeua: Itacaiúnas, 2024b.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana (Orgs.). Psicologia Social: a cartografia como método de pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2009.

PACHECO, Adilson. "Daniele Zacarão - é interessante sua proposta. Ela também provoca dupla interpretação - a inércia das autoridades e ao mesmo tempo chama atenção da população. Infelizmente a região de Criciúma como toda região carbonífera pagou e paga um alto preço pelo desenvilvimento sem planejamento e degradação ambiental…" [Comentário em: 3ª SOU]. In: LABORATIVO. 3ª SOU - Rio Criciúma: instruções para escuta por Daniele Zacarão. Facebook, 30 nov. 2015. Disponível em: https://encurtador.com.br/gvib. Acesso em: 8 mai. 2026.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir. (Orgs.). La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. O espectador emancipado. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

SACHET, Celestino. Quem é Celestino Sachet? (Biografia Sentimental). Yumpu Publicações, s/d. Disponível em: https://www.yumpu.com/pt/umdedodeprosa.cce.ufsc.br. Acesso em: 27 jan. 2026.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Ecologia-Mundo, Rapina Ambiental e Zona de Sacrifício: provocações a partir da (semi) periferia. In: MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio et al. (Org.). A Geografia que fala ao Brasil, XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

TSING, Anna. O cogumelo no fim do mundo: Sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. Tradução de Jorge Menna Barreto e Yudi Rafael. São Paulo: n-1 edições, 2022.

ZACARÃO, Daniele. Rio Criciúma: instruções para escuta. SOU – Semana de Ocupação Urbana, Laborativo, Criciúma, 2015.

Afiliação dos Autores

Oliveira, P.M. - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma (SC), Brasil
Assunção, V.K. - Professora na Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma (SC), Brasil
Candido, T.S. - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma (SC), Brasil

Contribuição dos Autores

Oliveira, P.M. - A autora contribuiu para a concepção do estudo, o processo de pesquisa, a análise e interpretação dos materiais artísticos e a redação do manuscrito.
Assunção, V.K. - A autora contribuiu para a concepção do estudo, o processo de pesquisa e a redação e revisão do manuscrito.
Candido, T.S. - A autora contribuiu para a redação e revisão do manuscrito.

Editores Responsáveis

Alexandre Queiroz Pereira
Eduardo Von Dentz